

O ENSINO SUPERIOR E A REPRESSÃO: MEMÓRIAS DO PÓS-1964

LUANA MONTEIRO SOUSA

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi bolsista de iniciação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC. Experiência em docência na educação infantil.

E-mail: <luanamsw@gmail.com>.

CAMILA SARAIVA DE MATOS

Mestranda em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada (2013) em Pedagogia pela UFC. Pesquisadora do Núcleo de História e Memória da Educação (NHIME/UFC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

E-mail: <camilasaraiva28@hotmail.com>.

TÂNIA GORAYEB SUCUPIRA

Mestre (2014-2015) em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista (2010-2011) em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurius. Graduada (2003-2008) em Pedagogia pela UFC. Atualmente é professora do ensino da rede municipal de Fortaleza.

E-mail: <thianasucupira@yahoo.com.br>.

Introdução

Devido à magnitude do regime repressivo, que afetou não somente a esfera política do país, mas também a social e a educacional, décadas após seu fim, esse período da história brasileira permanece vivo e latente na memória coletiva nacional. Anualmente, algum fato relacionado ao regime repressivo recorre ao noticiário, fomentando outras discussões e novas compreensões dos eventos ocorridos nesse período.

No ano de 1964, o regime militar vigora no Brasil, convivendo com problemas de diversas áreas, herança de governos anteriores. O novo modelo desenvolvimentista, fomentado no país desde os anos de 1950, intensificou as demandas que se referiam à educação formal, cobrando, entre outras providências, a ampliação do número de profissionais com formação superior.

A escassez de iniciativas governamentais direcionadas para a educação causava graves deficiências institucionais, e a universidade não tinha a capacidade desejada para acolher a crescente demanda de alunos. Ademais, as características conservadoras encontradas na dinâmica universitária agravavam esse fato. Exemplos disto, a organização acadêmica das universidades, centralizada na figura do professor catedrático¹, e a ausência de incentivo à produção científica, constatada principalmente nos cursos de graduação.

¹ Primeiro na hierarquia do corpo docente, antes da Reforma Universitária de 1968. Tinha as garantias de vitaliciedade e inamovibilidade.

A classe estudantil, mais afetada com os malgrados da universidade, pôs em evidência as discussões sobre os problemas internos e externos que afetavam o bom desempenho das instituições e intensificou a luta pela renovação do ensino superior. Tais fatos ocasionaram a constituição de um grupo de trabalho que instituiu a reforma no ensino superior, resultando na aprovação da Lei nº 5.540/68.

Contudo, abordaremos neste trabalho as intervenções realizadas na educação pelo governo repressivo militar antes da Reforma Universitária. A escolha do tema parte da necessidade de rever esse momento da história brasileira e compreender suas implicações no campo educacional.

O objetivo principal é compreender a conjuntura social e política que culminou em interferências do governo militar na educação. Especificamente, espera-se apontar prejuízos causados à democracia e à educação no ensino superior.

O regime militar de 1964 deixou profundas marcas na história da educação brasileira, particularmente nos processos de ensino na escola média e superior, as quais sofreram alterações devido ao proclamado nacionalismo militar, que transformou a difusão das ideias comunistas em grave crime contra a pátria.

A repressão praticada por militares obrigou ao silêncio os movimentos de educação popular, a qual era perpetrada pela truculência de ações abusivas, incluindo invasões a universidades com a finalidade de promover violência física e intelectual, o que se traduz pela filosofia expressa em Foucault (1987, p. 12), quando afirma que “[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam [...]”.

Entre outros métodos de estudo, este trabalho se apoia em enunciado de Gil (2010, p. 50), ao asseverar que “[...] a

pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, para justificar a importância da consulta a fontes secundárias na fundamentação teórica do pesquisador.

Assim, a elaboração do trabalho parte da leitura e fichamento de livros e artigos científicos, bem como de consultas a sítios eletrônicos, quando se trata de leis revogadas, e segue, posteriormente, para a construção de um raciocínio investigativo sobre o tema proposto. Ainda com palavras de Gil (2010, p. 50): “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”.

Entretanto, recorreu-se também à entrevista, comumente utilizada em pesquisas de campo, mas aqui colocada para colaborar diretamente com a construção das hipóteses levantadas. O entrevistado em questão, Nicolino Trompieri Filho, é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e cursou graduação em Pedagogia na metade da década de 1960, tendo vivenciado a universidade no período da ditadura militar.

Inclusive, suas memórias revisitam o cenário universitário do referido período, o que conduz a Le Goff (2003, p. 419), ao postular que “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas”.

Discutindo a reforma no ensino superior

Antes da reforma no ensino superior, é nítido o efeito negativo na educação causado por intervenções militares,

bem como o retrocesso no caminho de desenvolvimento, mediante a interrupção de experiências educacionais inovadoras realizadas no Brasil na década de 1960. No início desses anos, surgiram movimentos pioneiros de educação, como fruto da crise política, social e econômica que se alastrava pelo país. Tais movimentos buscavam uma alternativa à pedagogia tradicional e conservadora disseminada nas escolas.

O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado no Recife na gestão municipal de Miguel Arraes, teve dentre seus principais objetivos o de promover e incentivar a educação de crianças e adultos e proporcionar a elevação do nível cultural popular, preparando as massas para a vida e para o trabalho.

O MCP ordenou-se em três departamentos: Difusão da Cultura, Formação da Cultura e Documentação e Informação, sendo o de Formação da Cultura o que mais obteve êxito, pois se constituía de dez divisões, tendo Paulo Freire como diretor da divisão de pesquisa. A visão de mundo do movimento considerava a participação ativa do povo no processo de elaboração da cultura, concretizando assim a educação popular como uma ferramenta positiva para a transformação social.

Em Natal, no Rio Grande do Norte, nasce a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, no ano de 1961, fruto de uma proposta de campanha do então prefeito Djalma Maranhão. Porém, para levar a cabo suas promessas eleitorais para a educação, que eram o aumento da oferta de ensino e a erradicação do analfabetismo, Djalma enfrentou desafios durante a concretização do seu projeto.

A primeira dificuldade a contornar era a falta de espaço físico, decorrência da escassez de verbas para a construção de escolas. A solução encontrada foi criar Acampa-

mentos Escolares, espaços escolares elaborados com palha e limitados ao chão de terra batida, mas funcionando em turno integral.

O segundo obstáculo envolveu a carência de docentes qualificados, pois havia somente uma Escola Normal na cidade potiguar, estando a universidade em processo de implantação. Para sanar a deficiência, foram criados cursos de emergência para a qualificação de educadores, nos quais cada docente diplomado pela Escola Normal ficava responsável por orientar e supervisionar vinte monitores no exercício de suas atividades, configurando a junção entre teoria e prática, o que foi de grande valor para o processo educacional.

Por outro lado, a falta de material didático próprio também representou um empecilho à iniciativa, descortinando a necessidade de produção de material didático adequado à realidade dos estudantes que substituísse a cartilha tradicional. No início de 1962, foram produzidos novos suportes pedagógicos com a ajuda dos monitores, que compartilhavam com seus supervisores sugestões de assuntos a serem trabalhados, os quais, após discussão e direcionamento à aprendizagem, tornavam-se conteúdos a serem ministrados nas classes de 1ª, 2ª e 3ª séries primárias.

É importante destacar que os movimentos de cultura popular foram fortemente influenciados pelo intenso cenário internacional que, à época, envolvia o contexto da Revolução Cubana. Dessa forma, cristãos de esquerda, comunistas e liberais disseminavam a ideologia comunista e as ideias marxistas dentro dos movimentos sociais.

Por conseguinte, institucionalizado em março de 1961 por Jânio Quadros e em parceria com os bispos da Igreja Católica, o Movimento de Educação de Base inovou ao criar um programa de educação básica que era di-

vulgado por meio do rádio de forma abrangente, porém concentrando seus esforços de comunicação nas regiões subdesenvolvidas do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Do ponto de vista pedagógico, as escolas radiofônicas tinham a missão de promover o aumento da escolarização inicial, a partir do esforço de alfabetização da população das regiões mencionadas, mas também cumpriam uma função política: gerar nos ouvintes um estado de consciência sobre si, sobre sua realidade, sobre os outros e sobre o mundo.

O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) configurou o quarto grande movimento cultural e popular da década de 1960, o qual se autodenominava “arte popular revolucionária”. Criado no Rio de Janeiro e dotado de autonomia financeira e política, o centro foi palco de consideráveis ações de produção cultural.

Entre outras manifestações artísticas, cabe destacar a ampla produção de peças teatrais, a grande repercussão musical alcançada pelo disco *O povo canta* e o sucesso da produção cinematográfica *Cinco vezes favela*. Outrossim, as produções artísticas do centro levavam aos espectadores elementos de reflexão para uma conscientização da alienação causada pelos setores do poder econômico, bem como das classes abastadas.

No entanto, trajetórias de sucesso foram duramente interrompidas pelos militares, que perceberam nesses movimentos um estímulo à educação crítica e contextualizada que promovia no educando uma reflexão acerca do seu papel social ante a sociedade. Visto como perigo para o regime ditatorial por causar na sociedade um estado de consciência democrática não conivente com o regime militar, o ensino crítico era evidente ameaça. Sendo assim, o poder autoritá-

rio fez uso de força e intimidação, encontrando a seguinte solução para os movimentos de educação e cultura:

O Programa Nacional de Alfabetização, que utilizava o Método Paulo Freire, que o dirigia, foi liquidado, até mesmo em termos financeiros. Milhares de projetores de filmes, importados da Polônia (o local de fabricação trazia a marca do 'comunismo'), foram vendidos a particulares a preço de liquidação. O Movimento de Educação de Base, desenvolvido pela Igreja Católica, principalmente no Nordeste, foi contido por todos os lados, tendo seu material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas. Os integrantes da equipe dirigente da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foram presos por seis meses, no mínimo. Um oficial da Marinha de Guerra assumiu o 'comando' da Secretaria de Educação do Município de Natal, ordenou o abandono dos Acampamentos e a incineração dos acervos das bibliotecas. (CUNHA, 1991, p. 36).

Nesse contexto, a UNE foi a primeira entidade a ser duramente atacada. Logo no primeiro dia de instauração da ditadura militar no país, ocorreu um atentado na sede da entidade, localizada na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Essa ação deixou claro para o movimento estudantil que a democracia vigente acabava de se extinguir, mas os estudantes não imaginavam a dimensão da coibição que lhes seria imposta.

Na concepção dos militares, os meios de educação tinham fortes indícios de subversão, devido à ideologia comunista que apregoavam e por esta ser fundamentada, principalmente, nas obras do filósofo Karl Marx. Posteriormente, essa "paranoia" resultaria na censura a diversas obras de cunho filosófico. Nesse sentido, aos militares eram concedidas autorizações para revistas indiscrimina-

das e até confiscos, em caso de o revistado possuir material “suspeito”.

Estendendo a repressão às instituições de ensino superior, o governo militar, na segunda semana de sua instauração, promove a primeira ocupação na Universidade de Brasília (UnB), com a destituição de funções do reitor Anísio Teixeira, que foi substituído por Zeferino Vaz. Na oportunidade, o inquérito policial militar instaurado resultou na demissão de 13 professores – sem acusações diretas – e na prisão de estudantes e docentes.

A segunda ocupação militar na UnB ocorreu no ano de 1965, na gestão de Laerte Ramos de Carvalho, indicado para o cargo por Zeferino Vaz. Convocados pelo próprio reitor, os militares adentram na instituição para promover agressões diretas a professores e estudantes que se mobilizavam para greve e eram contrários ao regime autoritário. Inclusive, Laerte decide demitir e devolver à repartição de origem mais de 15 professores.

Em protesto às medidas repressivas, 210 docentes se demitem coletivamente em outubro de 1965. Em 1968, a reitoria da UnB é assumida por José Carlos de Azevedo, que permanece no cargo até 1985. Capitão da Marinha e Ph.D. em Física pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Azevedo também foi contrário às manifestações de alunos e professores, chegando a ordenar, em 1977, a intervenção da polícia militar dentro da instituição, resultando na prisão de alunos.

Em outra capital, a Universidade de São Paulo (USP), sob a gestão do reitor Luís Antônio da Gama e Silva, teve sua experiência democrática devastada durante o período do regime militar; as Faculdades de Filosofia, de Ciências e de Letras foram, por duas vezes, alvo do sistema repressivo.

Na primeira intervenção sofrida, no ano de 1964, forças militares depredaram e destruíram os equipamentos e instalações da universidade, causando imenso prejuízo à instituição. A segunda invasão aconteceu em outubro de 1968, resultado de uma articulação entre grupos paramilitares de direita protegidos por forças policiais; a truculência foi tamanha que findou na morte de um estudante e total depredação do prédio da faculdade.

Se de fora o clima hostil ficava por conta dos militares, do lado de dentro, Gama e Silva não fez o contrário e deu continuidade à repressão ideológica, chegando a nomear uma comissão especial formada por quatro professores, a qual foi encarregada de investigar os indícios de práticas subversivas dentro da USP.

Vale ressaltar que o marxismo, na visão militar considerado uma ideologia subversiva, foi totalmente proibido e seus defensores cassados e punidos dentro da universidade. Ademais, o reitor, intencionalmente, foi conivente com essa prática repressiva no recinto acadêmico, justificando sua posição como sendo uma proteção política concedida aos que fossem anticomunistas declarados. A respeito dessa temática, Germano (1992, p. 109) reitera que:

Instala-se um clima de terror na USP, com a disseminação da prática da delação ideológica, ocorrendo uma onda de 'transformismo' com a multiplicação de 'revolucionários adesistas', que pretendiam não somente 'mostrar serviço' às autoridades militares, mas também consolidar posições pessoais, no âmbito da universidade, ainda que à custa da eliminação de possíveis concorrentes que se situavam no plano político e mesmo no plano acadêmico, como, por exemplo, na disputa por cátedras.

Nesse momento, a prática delatária toma força e se institui como um instrumento repressivo. Como resultado,

os inquéritos que eram realizados na universidade partiam de denúncias anônimas e eram enviados aos órgãos de segurança sem que fossem dados aos acusados voz ou direito ao contraditório.

Assim, partindo de relatos, concluindo que suspeitos eram adeptos do “subversismo” e com o apoio do Ato Institucional 1 (AI-1), os militares suspenderam os direitos políticos de 44 professores, entre anônimos e ilustres, incluindo importantes figuras intelectuais, como Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes.

A campanha contra o “subversismo”, ou, em outras palavras, anticomunista, dos militares aos poucos foi acampando dentro da universidade. “As universidades enxertaram nas suas estruturas as assessorias de segurança e informação, ligadas à divisão correspondente do Ministério da Educação e às agências locais do Serviço Nacional de Informações” (CUNHA, 1991, p. 40). Esse órgão ficava incumbido de vigiar o funcionamento da universidade e de eventualmente punir aqueles que pretendessem disseminar o “subversismo”.

Não obstante, em episódio de julho de 1964, o então reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Aluísio Pimenta, foi deposto, e o coronel Orsi Pimenta assumiu o cargo, porém, devido à mobilização universitária contra o ato, Aluísio Pimenta reassumiu a reitoria. O fato descrito mostra uma disparidade em face das ideias de Foucault (1997, p. 132), quando o autor se refere à docilidade dos corpos como uma capacidade de se prender “[...] no interior de poderes muito apertados que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”, já que os estudantes não aceitaram a coerção do sistema.

Porém, no início de 1970, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o oficial da aeronáutica

Genário Alves da Fonseca foi nomeado reitor e permaneceu administrando a instituição por quatro anos com “mãos de ferro”. Inclusive, a militarização da máquina pública não se restringiu somente ao campo educacional, pois, gradativamente, os militares foram ocupando os cargos da administração estatal.

Contudo, diante dos sucessivos ataques à educação, a classe estudantil não cruzou os braços para assistir aos acontecimentos passivamente, passando a buscar formas de denunciar e protestar contra os desmandos do governo militar.

Nesse sentido, pontua-se o evento que culminou na morte do estudante Edson, durante a invasão do restaurante Calabouço, como o momento em que a classe estudantil declara “guerra” aos militares, com o aumento de manifestações de protestos, que passaram a ocorrer de forma semanal. Nessa ocasião, era crescente a insatisfação coletiva, que agora atingia também a classe média.

Igualmente, é nesse ponto que surge a resistência armada, incentivada por organizações políticas oposicionistas somadas à participação dos estudantes, agora fortemente influenciados pelas ideias revolucionárias de Ernesto Che Guevara e Jules Régis Debray.

As intervenções dentro das universidades refletem a truculência com a qual era tratada a educação. Afora isso, o espaço democrático da universidade passa a ser constantemente vigiado, em uma atitude reforçada por repressão a intelectuais e discentes inconformados com o estado ditatorial.

Nesse contexto democraticamente desfavorável é que ocorre a Reforma Universitária de 1968. Em 2 de julho de 1968, o presidente Marechal Arthur da Costa e Silva baixa o decreto que institui o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que, no prazo de 30 dias, elabora e apresenta o anteprojeto de lei da reforma. Feitas as

tramitações burocráticas no Congresso Nacional, a Lei nº 5.540/68 é sancionada em 28 de novembro de 1968, fixando as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio.

A soma das medidas contidas na Lei nº 5.540/68 possibilitou o encaminhamento do ensino superior para um futuro de mais prosperidade e garantiu um documento norteador de ações educacionais para a educação superior.

Entretanto, ainda que a Lei da Reforma Universitária contivesse os dispositivos legais para auxiliar um novo momento para a educação superior, o governo enfrentava grande dificuldade de trazer para a realidade prática o que estava escrito no papel.

Mesmo considerando incorporadas aquelas melhorias que foram efetivadas, estas encontravam a universidade já prejudicada por práticas decompositoras, com a instituição necessitando ainda percorrer um longo caminho até se tornar de fato autônoma e formuladora da cultura nacional.

Se antes da Reforma Universitária o estado militar expande o autoritarismo para a educação, fechando os movimentos de educação popular e fazendo intervenções violentas nas universidades, após a reforma, ocorre a instauração do AI-5, que traria a repressão para dentro das universidades.

O ápice da escalada repressiva à educação ocorre com a instauração do AI-5, que traz a anulação acadêmica e política dos principais cientistas sociais brasileiros. Através do ato, os militares aposentaram compulsoriamente os intelectuais significativos do cenário acadêmico brasileiro. É fato que:

Ao AI-5 segue-se o Decreto-Lei 477/69, que reprimia duramente qualquer possibilidade de crítica políti-

ca, no âmbito do sistema educacional, e o Ato Complementar nº 75, de 21-10-1969, assinado pela Junta Militar, decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores atingidos pelos Atos Institucionais, ao impedi-los de não somente trabalhar nas universidades, mas também de realizar pesquisas em instituições direta ou indiretamente subvencionadas pelo Estado, violando, desse modo, um dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito e a liberdade ao trabalho. (GERMANO, 1992, p. 111).

Do ponto de vista legal, o Decreto-Lei nº 477, de 1969, foi o “cala a boca” institucionalizado. Pôs na ilegalidade ações como: promoção ou participação em deflagração de movimentos que tinham a intenção de paralisar as atividades educacionais; provocar atentados a prédios ou instalações de qualquer natureza; participar de movimentos subversivos não autorizados, como passeatas e comícios; produzir ou ter posse de materiais subversivos, dentre outros.

O indivíduo que cometesse algumas das infrações citadas no decreto estaria sujeito à instauração de inquérito policial e, mediante comprovação de infração, sofreria as punições estabelecidas. Professores, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino seriam demitidos do cargo e impossibilitados de ser nomeados para cargo da mesma natureza por cinco anos. Tais poderes sobre o indivíduo remetem aos comentários foucaultianos acerca da coerção do corpo: “[...] mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (FOUCAULT, 1987, p. 71).

Caso fosse aluno, seria desligado de seu curso e impedido de matricular-se em outro pelo período de três anos. Já o Ato Complementar nº 75 causou o esvaziamen-

to de intelectuais nas universidades nacionais. Sobre esse período, em entrevista, o professor Nicolino (informação verbal) ressalta que:

[...] também fizeram uma varredura na USP. Cassações aos montes. E eu fazendo o mestrado, ainda na ditadura, lá na USP, e Sociologia Rural, na Escola de Agronomia, em Piracicaba. Começou o pessoal, o pouco que ficou, a trazer gente cassada. O Albertino, que era sociólogo, com uma formação muito boa. Então, o Albertino vinha, dava aula ali. Mas ele não voltou. Ele estava lá como uma espécie de visitante, era por fora. Assim como em outros lugares.

É necessário lembrar que, impedidos de exercer a profissão no país por conta das cassações, muitos dos docentes brasileiros deram continuidade aos seus estudos em instituições estrangeiras; boa parte deles só retornou ao Brasil após a anistia, em um processo que “[...] implica em uma coerção ininterrupta [...] e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos [...]”, na análise de Foucault (1987, p. 71).

Nesse aspecto, a inserção de militares dentro de instituições educacionais evidenciou a necessidade de controle do desenvolvimento educacional do país, com vistas ao impedimento da realização de uma educação crítica que contestasse a ditadura.

A fim de “acalmar os ânimos” da classe estudantil e ao mesmo tempo torná-la inerte, como em Foucault (1997), os militares elaboram uma estratégia de controle, considerando a Reforma Universitária já debatida e aclamada pelos setores educacionais. Dessa forma, o governo concretizará a ação dominadora: instalando o controle das instituições universitárias, planejando cuidadosamente o

currículo e os sistemas educacionais, estabelecendo o controle dos corpos e garantindo a disciplina.

Considerações finais

Com o estudo em questão, pretendeu-se proporcionar maior conhecimento acerca do período do regime militar e das intervenções que este causou na educação. O governo militar estende seu controle político-ideológico a todos os aparelhos do Estado, incluindo assim as instituições de ensino.

Ao adentrar as instituições, a ditadura militar impõe o controle dos corpos, ao retirar-lhes a liberdade de expressão, impossibilitando a manifestação de grupos contrários ao regime. O controle ideológico foi constante e previu punições àqueles que ousassem contestar o poder vigente.

As intervenções realizadas nos movimentos de educação de base liquidaram essas iniciativas diferenciadas de ensino, que colocavam o aluno como protagonista e estimulava o ensino crítico. Esse modelo de educação não era interessante para os militares, que necessitavam de um estado de conformação social para se manterem no comando do país.

Até as experiências pioneiras na educação superior desenvolvidas na USP e na UnB foram atingidas, com cassações aos professores, fazendo com que as instituições tivessem que dar continuidade ao seu trabalho com seus corpos docentes desfalcados.

Entretanto, ainda que esse período tenha sido marcado pela ausência de democracia, o governo dos militares reestruturou o ensino superior do Brasil, e a Reforma Universitária de 1968, embora não tenha tido efeito prático imediato, foi de grande importância para as universidades,

pois proveu meios para que estas futuramente pudessem cumprir sua função social.

Referências

BRASIL. Ato complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 out. 1969.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 nov. 1968.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 fev. 1969. Seção 1, p. 1706.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.